

ISSN 2236-0476

## CULTIVO DE HORTALIÇAS ORGÂNICAS: ESTUDO DE CASO DA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES ORGÂNICOS DE SÃO MATEUS, SP

Tatiane Aparecida Soares<sup>1</sup>

### Introdução

São Paulo tem uma área de 1523 km<sup>2</sup>, dos quais 222 Km<sup>2</sup> em zona cultivável, compreendendo 14,75% do território municipal<sup>2</sup>. A maior parte desta área encontra-se ao Sul, outra realidade que encontramos na cidade dentro do contexto urbano em suas regiões periféricas é o grande número de áreas ociosas sem nenhum tipo de construção ou utilização específica. Essas áreas sem destinação própria representam um grande passivo para as comunidades do entorno e também para a municipalidade, uma vez que sem utilização adequada, transformam-se em depósitos clandestinos de lixo e entulho, proporcionando condições favoráveis para as ocupações ilegais e desordenadas.

Historicamente, a região sul, foi grande produtora de hortaliças, parte do cinturão verde da metrópole paulistana. A partir da década de 1970, com a ausência da assistência técnica oficial e, logo em seguida, devido à falência de uma grande cooperativa da região, houve crescente desestímulo dos produtores agrícolas, que, não vendo alternativas, cederam às pressões de crescimento urbano e lotearam seus sítios, permitindo o avanço – na maioria das vezes, de forma irregular – da cidade sobre o meio rural, notadamente próximos às represas, elevando a densidade demográfica e o aporte de resíduos poluentes para as águas. Considerando que o crescimento demográfico da Cidade de São Paulo fica próximo de 1%, a região sul alcança 8,5% anuais causa grande preocupação.

A Cidade de São Paulo, com cerca de 11 milhões de habitantes, possui um déficit hídrico próximo de 50%. Sendo a água um recurso natural imprescindível à manutenção da vida – de interesse global e com tendência à escassez – torna-se um imperativo a união de esforços para obtê-la em quantidade e qualidade, garantindo o abastecimento para as populações humanas. Assim, dada a sua indiscutível importância e, considerando a insuficiente produção de água nesta Cidade, a recuperação e conservação das áreas de mananciais de abastecimento dos reservatórios Billings e Guarapiranga, bem como da bacia do Capivari – Monos é objeto de políticas públicas e mobilização da sociedade civil.

Com vistas a esta realidade, e considerando a manutenção do caráter rural como condição *sine qua non* para garantir adequados uso e conservação do solo de forma a produzir água de qualidade e em quantidade – além da conservação do equilíbrio climático e a prevenção de enchentes, por preservar a permeabilidade do solo –, foi oficialmente criado, pela Supervisão Geral de Abastecimento, o Programa Agricultura Limpa, em 20 de janeiro de 2010, através da Portaria 001/SMSP/ABAST/2010 e Decreto nº 51.801, de 21.9.10. No mesmo dispositivo legal, fica de igual forma criado o Selo de Indicação de Procedência “Guarapiranga”, com o objetivo de incentivar o produtor rural a aderir ao Protocolo de Boas

---

<sup>1</sup>. Prefeitura Municipal de São Paulo – Supervisão Geral de Abastecimento – Departamento de Agricultura e Abastecimento – Coordenadora da Casa da Agricultura Ecológica da Zona Leste, São Paulo, SP. [tatianesoares@prefeitura.sp.gov.br](mailto:tatianesoares@prefeitura.sp.gov.br)

<sup>2</sup> Fonte: SEMPLA

**ISSN 2236-0476**

Práticas Agrícolas e Ambientais, criado por esta Supervisão em conjunto com as Secretarias Estaduais de Agricultura e Meio Ambiente, que determina regras para a produção rural sustentável, preservando as áreas de mananciais e garantindo a produção de água de qualidade. A medida é um incentivo à produção agrícola na cidade de São Paulo e conversão da agricultura convencional em agricultura limpa, sem utilização de agrotóxicos ou produtos químicos, promovendo o desenvolvimento sustentável.

Como acréscimo, é preciso destacar que a Supervisão Geral de Abastecimento deve, como atribuição legal, “cooperar para fomento da produção agropecuária, especialmente dos produtos hortifrutigranjeiros” e “colaborar no sentido de assegurar a normalidade de produção e do abastecimento de gêneros essenciais à população”, conforme dispõe o Decreto nº 45.683, de 1º de janeiro de 2005, com as modificações introduzidas pelo Decreto nº 45.810, de 1º de abril de 2005. Soma-se às suas atribuições a coordenação do PROAURP – Programa de Agricultura Urbana e Periurbana, de acordo com o Decreto Municipal 51.801, de 21 de setembro de 2010.

De acordo com Monteiro e Mendonça (2004), ao se abordar o tema da agricultura nas cidades, é comum a imediata referência às hortas comunitárias. Isso ocorre porque a palavra horta é entendida como sinônimo de cultivo de hortaliças em canteiros. A perspectiva agroecológica, no entanto, não restringe o olhar a um sistema padronizado de produção, com espécies predefinidas, mas procura incorporar ampla diversidade às condições específicas de cada espaço disponível.

Para isto, a sustentabilidade da agricultura urbana deve estar apoiada no manejo agroecológico, que inclui o uso de substratos e manejo orgânico do solo, técnicas de rotação, associações de cultivos e manejo fitossanitário alternativo ao convencionalmente utilizado, bem como na utilização de todo espaço disponível, para maior produção o ano todo, e integração interdisciplinar e interinstitucional para assistir a produção.

Tal projeto de pesquisa teve como objetivo transformar essas áreas em locais produtivos, trazendo melhorias sociais, ambientais e econômicas para as populações, utilizando os próprios moradores dessas áreas como atores da transformação social. A oferta de alimentos e renda adicional em comunidades onde há violência e desemprego é determinante para o desenvolvimento de processos de cidadania.

### **Material e Métodos**

No campo social trabalhou-se com a metodologia pesquisa-ação participante, cuja ação investigativa deve ser ela própria concebida como práxis, ou seja: são ações com intencionalidade de transformar tanto a realidade quanto o próprio sujeito da ação. Desta forma, o fazer investigativo é também reflexivo, pois pressupõe a existência de sujeitos participantes como seres concretos, em movimentos potenciais de transformação de suas próprias relações sociais, consciência, atividades cotidianas, de seu sentimento de identificação e processo de construção de suas identidades.

Nestes termos, o planejamento participativo pode ser dividido em três etapas importantes (Vieira, 1995):

1. A formação da consciência crítica, que contempla a fase de autodiagnóstico, com conhecimento de teor acadêmico e popular. Portanto essa primeira etapa pode se interpretada como o momento de trabalhar a educação popular, educação ambiental, e a troca de

**ISSN 2236-0476**

conhecimentos em geral a partir de teorias críticas que possibilitem, através de dinâmicas, reuniões, palestras, exercícios teórico-práticos, o reconhecimento dos determinismos históricos que objetivam a exclusão social. Assim como, desenvolver ocupação, transformação e geração de produção, através das atividades propostas para efetivação das hortas. Este momento contempla o saber popular como detentor de conhecimentos imprescindíveis para a elaboração do trabalho;

2. Etapa de proposição de soluções para enfrentar os problemas detectados no autodiagnóstico, que se materializa pela capacidade de criar um projeto próprio, de ser o sujeito capaz de realizar a práxis, ou seja, visar uma ação que possibilite a transformação social, pessoal e comunitária. Pois, o processo de codificação e decodificação leva o sujeito a estabelecer a percepção de que ele faz parte da realidade e que esta realidade é o reflexo das ações de todos, passível, portanto de transformações, também a partir de suas próprias ações.

Esta etapa corresponde à percepção da necessidade da autonomia para a sustentabilidade das hortas comunitárias;

3. Etapa do descobrimento da necessidade de se organizar, que se traduz pela cidadania como meio e fim.

A metodologia desenvolvida nestes projetos é a do planejamento participativo onde, através de reuniões periódicas com os partícipes, o planejamento é realizado como método de tomada de decisões, ou seja, é pensar com a comunidade qual é o melhor caminho para se chegar ao objetivo proposto. A intervenção tem como objetivo direcionar e orientar o curso da história, onde os sujeitos participantes são seres concretos, em movimentos potenciais de transformações de suas próprias relações sociais. Os projetos participativos de segurança alimentar e nutricional são mais efetivos e sustentáveis quando o público alvo participa plenamente, tanto em seu planejamento e implementação como em seu seguimento e avaliação.

A organização dos agricultores e a constituição da associação de agricultores orgânicos de São Mateus iniciaram-se com ações integradas tanto do poder público como da sociedade civil, que visam o desenvolvimento da comunidade como um todo.

Implantação do projeto - Os objetivos serão plenamente atingidos somente se o público alvo for envolvido desde o início do projeto, pois só assim será formada a consciência de que o espaço que está sendo criado lhes pertence realmente. Os vínculos criados deste modo entre os participantes e o local (a horta) são mais fortes.

Capacitação para a produção - A capacitação do público alvo é realizada nas reuniões onde são abordados os seguintes temas: a) a importância da horta para a comunidade; b) métodos de produção; c) técnicas de produção, entre outros. Estas reuniões são coordenadas pelos profissionais responsáveis pelo projeto e membros da associação.

A técnica responsável pelo desenvolvimento das hortas adota como princípio o Programa da Economia Solidária cujos procedimentos orientam a formulação de associações, incubadoras e cooperativas numa lógica que busca assegurar fundamentalmente uma opção contra os valores dominantes da competição individual e da primazia do capital sobre o trabalho, garantindo um processo de aprendizado coletivo que vai viabilizar as atividades econômicas ou a empresa antes mesmo que ela venha a funcionar.

O Departamento de Agricultura e Abastecimento deverá acompanhar semanalmente os integrantes da horta, em processo de incubação, com os seguintes objetivos: a) assessoria

**ISSN 2236-0476**

no processo de divisão das tarefas; b) assessoria aos participantes no processo de colocação dos produtos no mercado; c) assessoria na administração contábil e financeira; d) assessoria, junto com servidores municipais, na elaboração de cursos e palestras para os participantes da horta comunitária; e) realização, ao término de cada semestre, de relatório que aponte a trajetória do grupo, apontando os avanços e as e indicando ações futuras.

### **Resultados e Discussão**

As famílias que participaram do projeto aumentaram o consumo de hortaliças na dieta, com a produção a um baixo custo e o acesso ao alimento de boa qualidade facilitado. Este alimento fundamental para a saúde humana passou a fazer parte da sua alimentação. As áreas que representavam um passivo, que antes tinham entulhos, matos etc., hoje se tornaram espaços úteis e agradáveis, mantendo-os livre de animais peçonhentos e indesejáveis. Com isto o projeto tem proporcionado uma melhora na qualidade de vida e na autoestima gerando, ainda, para algumas famílias renda com a venda do excedente da produção.

A disponibilidade de uma área para a instalação da horta e os trabalhos que vêm sendo realizados, o nivelamento do terreno e o preparo do solo também são metas que já foram cumpridas. O projeto já apresenta alguns resultados positivos entre eles: a) formação do grupo de trabalho; b) conscientização sobre o trabalho comunitário; c) definição de que as decisões serão tomadas em grupo e em consenso. Outro resultado importante foi o mutirão realizado para a limpeza do terreno; o envolvimento do público alvo com o espaço criado permitirá a conscientização de que o empreendimento lhes pertence realmente.

### **Conclusões**

Este artigo tratou de como a Economia Solidária pode ser o caminho para a geração de trabalho e renda para a população do mercado informal. É importante ressaltar que sem a parceria entre o meio acadêmico, o setor público e a sociedade civil este trabalho não seria possível.

A experiência no bairro São Mateus, através das hortas tem mostrado que a formação de associações através de parcerias, incentiva a população a melhorar a qualidade de vida, não só para as famílias envolvidas, mas também para a comunidade local. Essas experiências podem gerar maiores fluxos de renda para a comunidade e, conseqüentemente, criar melhores condições de vida para a população.

### **Referências Bibliográficas**

MONTEIRO, D.; MENDONÇA, M. M. Quintais na Cidade: a experiência de moradores da periferia da cidade do Rio de Janeiro. **Agriculturas – Experiências em Agroecologia**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 29-31, 2004.

VIEIRA, P. F. **Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento**. In: Meio ambiente desenvolvimento e cidadania: desafios para ciências sociais. São Paulo: Cortez, 1995.